

TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais

Andrey Minin Martin
Mestrando em História - UEM

RESUMO: O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões a respeito da construção da noção de campesinato ao longo das últimas décadas de pesquisa no campo das ciências humanas, abordando algumas de suas principais interpretações. Sem a preocupação de formular um constructo teórico-metodológico desta noção, no sentido de encerrar seu campo de possibilidades de apreensão das potencialidades existentes nas práticas dos sujeitos, buscaremos, a partir das contribuições e da produção de alguns teóricos, apresentar questões que entendemos norteadoras para o debate sobre o conceito de campesinato e de agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: campesinato, trabalho, movimentos sociais.

ABSTRACT: The purpose of this text is to present some thoughts about the construction of the concept of peasantry over the last decades of research in the field of human sciences, addressing some of its main interpretations. Without the concern to formulate a theoretical and methodological construct this notion, to close down its field of possibilities for seizure of potential practice in the subject, find, from contributions and production of some theoretical, present questions that we believe to guiding the debate on the concept of peasantry and family farming.

KEYWORDS: peasantry, labour, social movements.

Introdução

Pensar o campesinato e assim os camponeses hoje é uma tarefa que se formula em meio ao olhar para as transformações que o campo brasileiro sofreu, (e ainda sofre), ao longo dos séculos, de suas rupturas e deslocamentos em meio a uma luta pela conquista e permanência na terra. Os traços que ainda permeiam estes sujeitos nos levam a necessidade de apreender as práticas e representações que fazem da terra e da possibilidade de voltar a ela. Mas, quais são os traços que permanecem e quais os que se

transformam nesta noção de campesinato? Quais os mecanismos de buscas que possibilitam a volta para o campo?

Partido desta perspectiva importa-nos observar como cada uma destas noções (assentado, camponês, trabalhador rural) é utilizada, visando apreender os elementos que se encontram emaranhados em possíveis definições e caracterizações, pensadas aqui a partir da observação dos sujeitos, pois estes não são estáticos, e assim como os conceitos “(...) *refletem o pensamento sobre o objeto e, justamente por conta disso, são dinâmicos*” (ALMEIDA, 2003:34).

Destarte, é interessante observar as peculiaridades que se constroem na definição de camponês, na oposição entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, discutidas no decorrer do trabalho, em seu sentido histórico e antropológico, que ao longo das transformações no campo inserem novos valores decorrente das novas necessidades e desafios que o homem do campo apreende nas lutas do cotidiano e nas transformações econômicas, sociais, culturais, entre outras, que afetam sua vida.

O campesinato em movimento: algumas reflexões

O termo campesinato, na observação de Hobsbawn (1998) abarca diferenças e contradições no que tange o trabalho no campo e a produção agrária, sendo para o autor passível de críticas qualquer generalização. Salienta que este termo deve ser apreendido na observação da forma e da finalidade do trabalho com a terra, do que se produz e qual a funcionalidade de sua produção. Isto implica observarmos, pensando o camponês tradicional da Europa do século XIX, as diferentes estruturas sócio-econômicas que se encontram no ponto de origem da noção de campesinato. Para o autor:

É difícil estabelecer exatamente onde se situa esse ponto, mas é evidente, por exemplo, que nem os fazendeiros comerciais da Inglaterra do século XIX, nem os proletários rurais de algumas economias de plantação em larga escala nos trópicos se enquadram no “problema do camponês”, embora por certo constituam parte do “problema agrário” (HOBSBAWN, 1998: 216).

Para Hobsbawn, o campesinato tradicional é expresso na forma coletiva do trabalho e da produção, a fim de inibir possíveis diferenciações dentro do grupo ou comunidade, no sentido da acumulação, não só de recursos, como do trabalho que exercem. Constituem assim “(...) *um conjunto de pessoas que mantém o mesmo tipo de relação com os meios de produção, bem como outras características econômicas e sociais comuns*” (HOBSBAWN, 1998: 218).

Na perspectiva de Teodor Shanin:

Camponês é uma mistificação (...) não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico.(...) O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. (2005:01-02)

Mesmo a noção de campesinato sendo designada diferentemente em diversas localidades do mundo, devido às especificidades formuladas nas experiências adquiridas, no modo de vida e de luta (THOMPSON, 1989), Shanin apresenta algumas características que podem contribuir para observar o campesinato tradicional e como ou partir da oposição de quais elementos se deram as transformações do camponês atual.

Pontua como traços característicos deste campesinato a “forma extensiva de ocupação autônoma” de seu trabalho, sendo esta familiar, feita a partir do controle dos meios de produção. Aqui se observa a existência de um equilíbrio na diversidade do que é plantado, buscando suprir as necessidades familiares. Outro ponto ressaltado pelo autor é o que ele denomina de “normas e cognições típicas” da vida do camponês, pensando aqui as especificidades de sua vida, seu tempo de trabalho e de lazer.

Ressalta como outra caracterização a dinâmica social que se constrói no modo de vida camponês, a forma como se relacionam, seja na ajuda mútua no trabalho ou mesmo na troca dos produtos produzidos. Seu ritmo de trabalho e cooperação refletem a dinamicidade de sua vida, pensada e articulada a partir do ciclo do plantar e do colher. Dessa forma, “(...) suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar”. (ALMEIDA, 2003:75)

Neste sentido, a família se torna o elemento central deste modo de vida, no qual observamos que o conceito de agricultura familiar se encontra presente desde a origem do campesinato. Assim, a família se torna o núcleo central da produção e do controle do estabelecimento produtivo.

Devemos ressaltar que as observações feitas por Abramovay (1997), por exemplo, tecem algumas características do que corresponderiam a essa atividade familiar. De acordo com o autor, estas características são: a gestão é feita pelo proprietário, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é fundamentalmente familiar, o capital pertence à família, o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família e por fim, seus membros vivem na unidade produtiva. (Apud ALMEIDA, 2003:87). Porém, para Abramovay estes elementos

correspondem ao modelo descrito como agricultura familiar, que se opõe à lógica camponesa pesada por Shanin.

Estes elementos ajudam a tecer algumas características do camponês tradicional, e nos elucidam o que se transformou e se manteve ao longo das décadas, compreendendo que a própria (re) criação camponesa se torna uma especificidade para observarmos como “(...) *as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela se refletem*”. (SHANIN, 2005:04).

Ao mesmo tempo em que estes traços ajudam nas observações da (re) criação camponesa, salienta Shanin, se tornam insatisfatórios quando usados de forma estrutural, negando outras possíveis especificidades geradas no processo de transformação destes sujeitos e de seu modo de vida e de luta. Para o autor:

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. (...) O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 2005: 05)

O sentido do campesinato e de seus sujeitos se encontra então, no significado da terra e da família como representação de sua vida, de sua moral, de seu trabalho. E nessas práticas esses sujeitos se inserem em diferentes mecanismos para se manterem ou voltarem para o campo. Isto se expressa no valor simbólico que a comida¹, por exemplo, possui para estes sujeitos, como “(...) *categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza*”. (WOORTMANN, 1990: 37).

Pensar os elementos até aqui explicitados se torna importante para não perdemos de vista, como já foi ressaltado, as transformações e potencialidades que se expressam a partir da noção do campesinato, as articulações que acabaram por fazer do camponês uma *classe* em constante transformação. Mas, podemos entendê-los como uma classe?

Compartilhamos aqui das contribuições que E. P. Thompson tem a dar para esta observação. Entende-se por classe aqui “(...) *um fenômeno histórico, que unifica uma série*

¹ Antônio Cândido (1982), pensando o homem do campo no século XIX também resalta a importância da comida para a manutenção da vida e das relações no campo. Ver: *Os Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação do seu meio de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência (...) um fenômeno histórico” (1987: 09). Nesta perspectiva, ressalta que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (1987: 10)

Desta forma, compreendemos que os camponeses constituem uma classe que se constrói no fazer-se da luta pela defesa de seus valores, de sua formação social e cultural, em oposição a outros valores, ideais e modo de vida, e dimensionam suas práticas em defesa de seus costumes. Assim, compreendemos que estas transformações que se operam no bojo do campesinato são na verdade uma luta em busca do que representam como fonte de sua identidade: a terra, e as transformações que se dão no caminhar da luta não são compreendidas como negação de sua identidade, mas sim como parte dela.

Thompson (1989) ressalta que esta concepção de classe se torna inseparável da luta que determinada classe trava em oposição à outra, e completa argumentando que:

(...) as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as gentes se encontram numa sociedade estruturada em modos determinados (crucialmente, porém não exclusivamente, em relações de produção), experimental a exploração (ou a necessidade de manter o poder sobre os explorados), identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. (p. 37)

Temos que o camponês das sociedades tradicionais do pós Revolução Industrial, segundo Hobsbawm (1998) possuía consciência da diferença que existia em relação à minoria não-camponesa a quem eram subordinados. Esta observação já traz elementos para entendermos a existência da consciência de classe por parte dos camponeses, entendida na oposição à existência de outra classe, *“(...) permitindo que até mesmo camponeses de regiões diferentes, com dialetos, roupas e costumes diferentes, se reconhecessem uns aos outros como “camponeses”, pelo menos nas relações pessoais”* (HOBSBAWM, 1998: 219-220).

Neste caso:

(...) uma plena “consciência de classe” camponesa é concebível, na medida em que a diferenciação dentro do campesinato é secundária em relação às características comuns a todos os camponeses e aos seus interesses comuns contra outros grupos, e na medida em que a distinção entre eles e outros grupos seja suficientemente clara. (HOBSEBAWM, 1998: 221)

No tocante deste movimento do campesinato, outros autores buscaram compreender estas transformações a partir do processo de expansão e transformação capitalista e seu deslocamento em relação às formas e unidades de produção do campesinato. A concepção marxista pontuava no século XIX a “*dissolução da propriedade privada baseada no trabalho de seu proprietário*”, sendo neste processo dissolvido as unidades de produção familiar camponesa e assim, o campesinato. (SHANIN, 2005: 06). Desta forma, os trabalhos que se desenvolveram, como os de K. Kautsky e Lênin, por exemplo, pontuaram que estas transformações proporcionaram a principal mudança na estrutura camponesa, e estabeleceram que “*o principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a industrial, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa*” (SHANIN, 2005: 07).

Esta mostrou ser uma vertente teórica que compreendia, para muitos destes cientistas, que estas transformações resultariam no fim do campesinato, decorrente deste processo de “penetração das relações capitalistas de produção no campo”. Na observação leninista, que se apresentou inicialmente próxima da feita por Kautsky, era na “(...) *dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíram o ponto central da transformação capitalista*” (LÊNIN, 1974, Apud SHANIN, 2005: 07)².

Para esta vertente do paradigma do capitalismo agrário, o trabalho familiar não existe realmente dentro do campesinato, sendo este uma ilusão que está condenada ao sistema capitalista, e que a utilização desta expressão “*induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado*” (LÊNIN, 1980: 18). Rompia-se assim a unidade familiar tradicional.

Em outra vertente, alguns trabalhos buscaram observar estas transformações como uma (re) criação camponesa, articulando relações não capitalistas de produção dentro do

² Porém, esta concepção pensada a partir do camponês europeu do século XIX, seria revista mais tarde pelo próprio autor, que observaria, a partir do campesinato russo, traços que se transformaram, mas que ainda dotavam de elementos do campesinato tradicional.

sistema capitalista, na observação de Martins (1986). Este paradigma veio a ser trabalhado por Abramovay, que buscou romper com a visão leninista/Kautskysta e desenvolveu seu pensamento defendendo que estas modificações transformaram a própria noção de campesinato e sua diferenciação de agricultura familiar. Logo, elucidou que o camponês ao modificar sua relação e a função do trabalho na terra, pela força do sistema capitalista, em alguns casos, cria relações de produção diferentes da camponesa, que seria para o autor, a agricultura familiar.

Estas observações se teciam no seio das transformações do sistema capitalista e levavam estes autores a perceber como esses elementos modificariam o modo de vida e de trabalho do campesinato. Este capitalismo desenvolvia suas relações sociais, sua produção e reprodução de contradições, que também modificariam as técnicas de produção e divisão do trabalho no campo. Porém, segundo Shanin, isto não resultaria no desaparecimento do campesinato, e sob estas condições:

(...) os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (...) Os camponeses são marginalizados, a importância da agricultura camponesa dentro da economia nacional diminui, o crescimento mais lento de sua produção torna-se atrasada. (SHANIN, 2005:09)

Essa nova concepção da propriedade camponesa, que se constitui assim a partir da exploração do trabalho, com fins familiares, não busca nesta medida a acumulação de capital, mas a sobrevivência de sua unidade familiar. Assim, na propriedade camponesa “(...) o princípio é outro (...) em que a produção de mercadorias objetiva a obtenção de dinheiro para aquisição de mercadorias que não se produzem, mas que são indispensáveis à reprodução da família”. (PAULINO, 2003:20). Este fato é denominado por Oliveira como renda pré-capitalista, em que:

A renda pré-capitalista é diretamente produto excedente, ao contrário da renda capitalista da terra, que é sempre sobre acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. Embora na origem as primeiras formas de renda da terra sejam pré-capitalistas, cabe esclarecer que sob o capitalismo elas perdem esse caráter, à medida que entram no processo de produção do capital.(...) Hoje elas devem ser entendidas dentro da lógica contraditória do capital. É através delas que o próprio capital, contraditoriamente se produz, criando as condições necessárias para implantar e desenvolver seu processo de reprodução ampliada. (1986: 76)

A partir destas transformações do campesinato, a essência desta análise se cria na observação de como estes sujeitos operam e articulam seu modo de vida e de luta, entendendo que as transformações internas dentro da família e do grupo é que estão em jogo, e estas afetam diretamente a observação que fazemos da (re) criação do campesinato. Não podemos compreender estas relações apenas no âmbito da lógica capitalista, pois o processo de (re) criação camponesa vai além destas estruturas e se apresenta no campo das representações, em que os sujeitos demonstram suas práticas e necessidades de vida, não se limitando ao mundo da mercadoria. Desse modo, ressaltamos que a especificidade camponesa se encontra na constituição desta classe como exterior ao modo capitalista de produção, já que *“(...) são ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores, acrescido do fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista”*. (ALMEIDA, 2003: 82)

Neste aspecto, a autora ainda completa pontuando que devemos observar as lutas que engendram este campo, no sentido de apreender as crenças que os sustentam, os jogos de linguagem e as relações simbólicas que nele se geram, observando este campo como local de produção de relações que criam novas formas de pensar, agir e se relacionar (BOURDIEU, 1989). E estas relações se dão em um processo de incertezas e questionamentos, pois são pensadas e articuladas por seres humanos que, assim como a história, apresentam inúmeras possibilidades de investigação e representação. Desta forma, pensar a utilização de conceitos ou de qualquer outro aparato teórico se torna questionável quando feita de modo generalizado, pois o termo campesinato pode ser observado de diferentes formas, em diferentes sociedades. Compreendemos os conceitos como instrumentos de análise e sua utilidade e utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade (SHANIN, 2005). Segundo as considerações de Shanin, os camponeses diferenciam-se de uma sociedade a outra e mesmo dentro de sua própria sociedade, pois estes se relacionam com sujeitos sociais possuidores de outras características e assim podem nos levar à utilizações equivocadas. Por isto, este conceito se mostra insuficiente por si, mas possui potencial investigativo e nos leva a buscar mais a fundo o que se está sendo pesquisado, e assim este não deve assumir uma condição de explicativo, mas de articulador do conhecimento e do objeto que está sendo estudado, pois *“(...) nenhum conhecimento pode ser a mesma coisa que seu objeto”* (THOMPSON, 1981:41).

Os pressupostos até aqui explicitados contribuem para pensarmos as transformações que estão emaranhadas nos estudos sobre o campesinato e que

apresentam alguns caminhos para entendermos a vida camponesa, não em busca de verdades, mas de indícios que podem levar a outros caminhos.

Não se limitando somente a estes caminhos, buscamos apreender outros, expressos através das lutas camponesas, de suas resistências e de possíveis contradições e brechas que se formulam no aparo teórico, a fim de enriquecermos nossa percepção dos homens e mulheres, sujeitos desta pesquisa.

Assim, buscaremos neste momento realizar algumas considerações a respeito do Brasil, a partir de transformações ocorridas em meados do século XX que vieram a modificar a percepção do camponês tradicional, devido, principalmente a relação campo-cidade, que encurtando as distâncias, serviu também para criar novas formas de resistências e de negação a lógica capitalista, levando estes sujeitos a se organizarem e darem novos rumos a situação do campo brasileiro.

O campo brasileiro: algumas especificidades

Sem negar as transformações ocorridas no campo brasileiro e de seus sujeitos em outros tempos, desde a América portuguesa e sua participação no abastecimento colonial, passando pela figura dos homens pobres livres na ordem escravocrata (FRANCO, 1983), buscaremos em linhas gerais apreender algumas modificações ocorridas no século XX. Assim, sabemos que muitas dessas transformações são oriundas de aspectos modificados em outros tempos, como os decorrentes da Lei de Terras de 1850, que inaugura um regime fundiário que irá modificar a forma de exploração das terras e do homem do campo, da noção de fazenda e da representação da terras e da luta por esta.

Por isto, os grandes embates históricos de ontem e de hoje, de índios e pobres da terra, nas palavras de Martins:

(...) transfiguram o modo de viver em modo de fazer história, por meio da qual o homem se faz, a História vivenciada. A História por meio da qual o homem se faz, e a sociedade se transforma e se propõe, assim, como a transformação da vítima em protagonista da esperança (...). Protagonista que proclama na insistência, na resistência e na luta a dignidade do viver como limite para a voracidade inescrupulosa do desenvolver sem condicionamentos e sem mediações propriamente sociais. (1998: 690)

Muitas são as histórias de luta pela terra no Brasil, lutas que trazem na memória, como nos movimentos de Canudos (Bahia), Contestado (Fronteira Santa Catarina e Paraná), Trombas e Formos (Goiás), a capacidade de resistência e organização dos sujeitos

do campo, que assim como (re) criam formas de se manterem na terra, também são interpretados pela historiografia de diferentes formas e caracterizações.

Segundo Grynszpan e Dezemone (2007) em alguns destes movimentos, como o de Canudos, não era pelo termo camponês pela qual parte da sociedade e mesmo da historiografia denominava seus participantes, mas na verdade por jagunços ou sertanejos, descritos por alguns até como bandidos e fanáticos, uma concepção um tanto carregada de tendencialismos. Fatos como estes e outros demonstram que entre o início da república até as décadas de 1940 e fins dos anos 1960, ocorre uma mudança na percepção e no olhar sobre o homem do campo, resultando em novas interpretações de parte da população brasileira.

Martins (1995) observa que na década de 1950, o homem do campo assume em cada região uma diferente designação para defini-lo. Em estados como o Pará, São Paulo e Mato Grosso estes sujeitos carregavam aquela personificação do caipira, inspirado na figura do Jeca Tatu e na forma como Monteiro Lobato o caracterizou. Visão esta que afirma uma interpretação do camponês como preguiçoso, do atraso versus o progresso (BORGES, 2004). Em outras regiões, como no litoral paulista e no Norte do Brasil também encontramos relatos onde estes eram chamados de caixaras, tabaréu e caboclos (MOTA et al, 2001).

Mediante esta dinamicidade, o termo camponês no Brasil, tem parte de sua utilização neste período importada da esquerda que, segundo Martins, se tornou usual na busca de abarcar grande parte daqueles trabalhadores rurais que compartilhavam de características comuns, de vida e das lutas que se realizavam. É assim, de uma denominação do político provinda da observação de uma dimensão cultural que se processou seu uso neste período, buscando levar a uma noção mais clássica do conjunto de homens e mulheres que decorrente de seu modo de vida e de luta, compartilhavam de experiências semelhantes.

Para Martins “(...) a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade” (1995: 22). Esta denominação se mostrou apreendida na dimensão da cultura³ que caracteriza sua forma de trabalho, de sociabilidade, sua representação da terra, como terra de trabalho e mesmo a noção do tempo e o ritmo de trabalho no campo, provinda das necessidades familiares.

Temos então que a partir deste paradigma, diferente do capitalismo agrário, a unidade doméstica constitui-se no trabalho familiar, que consegue suprir todas as necessidades para sua subsistência. A família acaba por criar diferentes princípios de

³ Compartilhamos aqui de uma noção de cultura próxima da pensada por Clifford Geertz. Ver: *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: Cultura Ltda, 1989.

trabalho interno de acordo com a idade e com as necessidades de consumo da família. Esta acaba por ser uma luta de (re) criação do campesinato contra o modo capitalista de produção no campo, frente à expropriação do latifúndio que transforma estas relações familiares em trabalho assalariado.

Nos anos 1950 e 1960 as ligas camponesas desempenharam um papel fundamental na atomização das lutas neste período, ganhando projeção nacional em lutas de resistência, pela permanência legal nas terras. Se tornou, de certa forma, uma representação do campesinato no período. Assim, devido a estas lutas, a forma como se observava o campo até então se modificou, continuando a ser visto por muitos como lugar do atraso, mas não por decorrência de condições naturais ou mais genéricas, e sim pela diferenciação econômica e social, em oposição aos moldes do sistema capitalista.

Para Oliveira (2001), a presença e participação do camponês dentro do modelo capitalista se dá pela própria contradição e desenvolvimento desigual do sistema, que excluindo o homem de sua terra, leva-o a desempenhar relações de trabalho e de dependência a terceiros, como em parcerias e no trabalho acessório, como da utilização do trabalho camponês em mão-de-obra assalariada. O conceito de camponês neste período, aparecia como tradução da luta pela resistência social a este modelo que estava em andamento.

Ser camponês neste período dos anos 1950-60 denotava segundo Ricci (1999) uma figura social em transição, decorrente da aguda expropriação do latifúndio confrontando-se com um modo de ser tradicional do homem do campo. Sintetizava em sua figura uma experiência e um modo de viver e trabalhar a terra, que a partir destas transformações do período, levam estes sujeitos a entrarem em cena como atores políticos em busca de seu lugar social.

Este desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, como já ressaltado, modificou os tradicionais modos de vida camponês, decorrentes das dificuldades de permanência no campo, devido ao crescimento do latifúndio, das formas que desenvolvem a agricultura, no tocante à mecanização da produção, levando alguns destes camponeses a migrarem ou a passarem a trabalhar para estes grandes proprietários.

Porém, sua grande maioria preferiu lutar e assim (re) criar novas possibilidades da conquista da terra e da permanência no campo. Como resultante, ao longo dos anos 1970 continuaram as lutas de resistência na terra e por reforma agrária, articuladas por sindicatos e novos movimentos sociais. Ao longo da década, a figura do antigo camponês se retoma em uma multiplicidade de sujeitos em luta, dando lugar a uma nova representação da

classe, abrindo-se para novas formas de organização. Assim, “(...) a própria noção de identidade camponesa e de representação começa a ser repensada” (RICCI, 1999: 139).

Entendemos assim, que estas lutas nos levam as novas possibilidades de pensarmos o homem do campo e do que venha a ser, na segunda metade o século XX, o camponês, decorrente de como muitos movimentos de luta pela terra pensam e articulam a luta. A expropriação do homem do campo levou os trabalhadores a se organizarem e fazer surgir diferentes movimentos de luta pela terra, assim como o de agentes de apoio a esta luta, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

No conflito pela posse e uso da terra, num constante processo de “(re) territorialização do trabalho”, na observação de Thomaz Junior (2002), o camponês se recria não mais como proprietário, no tocante de sua denominação, mas como trabalhador rural, assentado, ocupante, sem terra, etc...

No emaranhar destas transformações, o entendimento do campesinato brasileiro encontra possibilidades de ser pensado a partir de alguns símbolos, como a enxada, a bandeira e a própria terra, que se tornam representações do trabalho e da luta pela/na terra. São, conforme Almeida, habitus específicos trabalhados em diferentes mecanismos, que ganham novos contrastes em meio à luta, mas que independente dos agentes e do movimento estabelecido como mediador, dentre estes – CPT, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Sindicatos ou MST, apresentam-se como traços que identificam homens e mulheres de volta à terra. Portanto:

(...) a luta pela terra empreendida pela classe camponesa não conhece apenas um formato. Deste modo, a ocupação da terra, o cortar da cerca, o acampamento não pode ser considerado o divisor de águas do campesinato. Na realidade, são habitus específicos a desenhar ações diferenciadas na busca do mesmo sonho: um pedaço de chão (...) Na beira da estrada, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro. Enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho. (ALMEIDA, 2003: 27)

Nos anos 1970, a intermediação da igreja mostrou ser um canal de expressão dos movimentos sociais, que influenciou no desenvolvimento das lutas e em parte da própria noção do trabalhar na terra para a classe camponesa. A “terra de trabalho” em oposição à “terra de negócio” nasce na discussão apresentada no documento da 18ª assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros), em 1980, em que os bispos reconheceram neste conceito elementos favoráveis para superação de uma visão capitalista da realidade das lutas no campo, abrindo novos caminhos para estes sujeitos se estabelecerem na terra a partir de regimes alternativos de trabalho (CAMERMAM, 1980). Martins, que no período era colaborador da CPT afirmou na época que a luta contra a “(...)

expropriação da terra é uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio”.

A CPT, gestada em 1975 em Goiás, se consolidou por todo Brasil como forte apoio na luta pela terra, buscando criar novas alternativas para o desenvolvimento de movimentos sociais. Sua participação colaborou para criar novas frentes de luta e acender uma nova expressão de pedagogia de movimento que, segundo as comissões, buscavam romper com algumas práticas sindicais, tidas como acomodadas pela pastoral. Dentre estes movimentos, destacam-se os Movimentos dos Atingidos por Barragens, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Bóias-Frias, todos entre o período de 1976 e meados dos anos 1980.

Chaves, pensando a participação da comissão no surgimento do MST, destaca que:

O nexó entre religião e política apresenta-se como elemento determinante de características do MST enquanto ator social. Esse nexó encontra-se na própria origem do Movimento, no suporte institucional inicial fornecido pela Comissão Pastoral da Terra, fundamental à articulação do MST como entidade política autônoma com abrangência nacional. (2000: 21)

Segundo Medeiros (2007), terminologias correntes para designar estes sujeitos, como “colonos da terra”, “lavradores” e “arrendatários”, passaram a serem compartilhadas com termos como “trabalhadores sem terra”, dimensionando um caráter autônomo para o movimento. Esta transformação, articulada conjuntamente com as experiências dos sujeitos em luta, também colaborou para que a própria noção de campesinato passasse a ser observada a partir de diferentes formas e movimentos de luta pela terra, como no caso do MST.

A expansão do MST, em outras regiões, com a participação de outros sujeitos e ações, das marchas, dos acampamentos e assentamentos, possibilitou criar novas formas de ser “sem terra”, tendo o movimento que incorporar novas situações de luta, abrangendo desde as lutas dos “colonos” do sul, passando pelos “ex-arrendatários” de Mato Grosso, até os trabalhadores que saíam da cidade de volta para o campo. (MEDEIROS, 2007).

Esta situação estabeleceu novas perspectivas de compreender o homem do campo, que a partir destas lutas, modificou sua própria identidade e a do movimento:

A constituição do MST se fez concomitantemente à formação de uma nova identidade “sem terra”, ou, para ser fiel ao próprio nome do Movimento, “trabalhador rural sem terra”. Se as lutas tenderiam a transformá-los em trabalhadores com acesso à terra, “assentados”, o termo “sem terra” permaneceu como símbolo do vínculo com o MST. (MEDEIROS, 2007:571)

Mesmo assim, segundo Caldart (2000), ser “Sem Terra” hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que “(...) *ser trabalhador rural ou camponês que não possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade “Sem Terra” sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo*” (p.24). Assim, a categoria camponês também se encontra intrínseca ao modo de vida destes sujeitos, e mesmo não possuindo a mesma terminologia de outros tempos, nem mesmo a mesma densidade que “sem terra” para o MST, acaba por ser ressignificada nas novas condições de vida e de luta do homem pela/na terra. Assim:

Hoje como antes, um *ethos* camponês é ainda a principal motivação que leva à assunção da identidade de sem-terra, capaz de conduzir à organização de uma luta caracterizada pelo enfrentamento do Estado. Essa orientação no sentido de realização do ideal camponês do trabalho autônomo, condição para a liberdade e dignidade do pai e, portanto, da unidade e continuidade da família, continua a ser a força motivadora que congrega milhares de sem-terra. Neste sentido, é significativo que o símbolo maior do MST, a bandeira que substituiu a cruz, tenha ao centro homem e mulher com instrumento de trabalho, representando a família. (CHAVES, 2000:124)

A existência da (re) criação do campesinato se faz no próprio processo de luta, na luta contra a expropriação para assim entrar e permanecer na terra. Neste aspecto, a própria função da terra buscada pelo MST demonstra suas raízes na existência do campesinato. Para o MST a vida na terra, “terra de trabalho”, é buscada a fim de superar o modelo de produção capitalista, que se coloca em oposição a sua permanência na terra, apresentando-se em busca de um modelo coletivo de cooperação.

Segundo Fabrini:

Os camponeses assentados vinculado ao MST demonstram que não querem somente terra. Mas, ao lutar pela terra desenvolvem resistência para continuar existindo num modo de produção adverso que não permite a sua existência. O seu projeto é continuar existindo enquanto camponês, mas existindo fora dos limites da subordinação que estão submetidos na produção capitalista (2002: 259).

Inicialmente, o MST denominava-se como uma articulação dentro dos setores sindicais, possuindo vínculos estreitos com a oposição sindical do período de seu surgimento. Porém, aos poucos foi construindo sua proposta de luta, sua forma de ação e organização, que se diferenciava dos sindicatos. Com estas transformações ao longo de sua história, a participação pela reforma agrária incluiu novas frentes de luta, contando com a adesão além dos que queriam terra estritamente para o trabalho e visavam reproduzir um modo

camponês de existência. Assim, no bojo da (re) criação destas formas de ser camponês, a conquista da terra passou a ser apenas um ponto de partida, buscando valorizar o modo de vida camponês, do que é ser homem do campo a partir de uma pedagogia da terra.

A família é entendida como a valorização do modo de vida camponês, um modo de vida em que grande parte das decisões tomadas são orientadas pelas necessidades familiares, fazendo com que a família esteja presente em todos os momentos do processo de conquista da terra. Este modo de vida é percebido no fazer-se do cotidiano, como já ressaltado, na forma de trabalhar a terra, na divisão deste trabalho. Percebemos neste cotidiano, como observa Almeida que “(...) *o lugar da horta, do pomar, do cachorro, do gato, do porco, do paiol, enfim, é o prolongamento do trabalho cotidiano*”. (2003: 272), e é neste cotidiano que se fundem os valores e o modo de manter a unidade familiar.

Desta forma, manter-se camponês que dizer:

(...) não negar seu passado nem sua raiz como um determinado tipo de trabalhador e de filho da terra, até porque é nela que se sustentou para entrar na luta pela terra, e mesmo para ser do MST. Isto implica até mesmo em recuperar certas tradições alimentares do campo, assim como em cultivar alguns traços de valorização da família e da vida comunitária que permitam que as experiências de cooperação agrícola, por exemplo, desenvolvam-se entrelaçadas a padrões culturais já existentes. (CALDART, 2000:225)

Como parte desta característica de trabalho com a terra buscada pelo MST, passa a ser reafirmada a busca da preservação ambiental, da soberania alimentar, da busca da produção voltada para as necessidades locais, em oposição ao modelo de agricultura do agronegócio. Esta observação demonstra uma característica do MST: ser camponês é se opor a agricultura familiar, pois esta, segundo Medeiros, representa para o MST um modelo de trabalhador mais próximo do agronegócio, voltado a uma dimensão econômico-produtiva, e por isso “(...) *ele é percebido como um possível futuro a ser combatido, porque simboliza o destino não desejado, a integração ao agronegócio*”. (2007: 572)

Esta posição se apresenta oposta se pensarmos outros agentes mediadores da luta pela terra, como no caso a CONTAG, o que ajuda a observarmos como o campesinato é (re) criado a partir de diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e, assim, para aqueles que lutam pela terra.

Segundo o artigo datado de 2001 apresentado por seu presidente, Manoel José dos Santos, a CONTAG, através de um “Projeto *alternativo* de desenvolvimento rural sustentável”, busca desenvolver uma ampla reforma agrária com o intuito de valorizar e fortalecer a agricultura familiar e lutar “(...) *por uma política diferenciada para a agricultura familiar e pelos direitos dos assalariados rurais*” (2001:225). Nesta perspectiva pontua que

“Os problemas do campo são de ordem econômica, de acesso aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações” (pg. 227).

Assim, no processo de organização dos movimentos camponeses de luta pela terra, criou-se uma diferenciação na denominação política dos sujeitos em luta, sendo utilizada a noção de agricultura familiar/camponesa e de agricultura camponesa/familiar. O primeiro caso se aproxima mais do modelo de projeto buscado pela CONTAG e pela FETRAF (Federação dos Trabalhadores na agricultura), e o segundo aos movimentos ligados a via camponesa, como o MST, MAP (Movimento de Pequenos Agricultores) e CPT. (FERNANDES, 2004).

Nesta perspectiva, a visão que a CONTAG possui e que se torna a forma como lutam e porque lutam para o retorno de famílias ao campo acaba por dar outro significado para a luta, se pensarmos outros movimentos de luta pela terra, como o MST. Neste caso, observa-se que a própria forma como denominam os sujeitos participantes se torna outra: aqui se observa a utilização de expressões como “assalariados rurais”, “trabalhadores rurais”, “famílias sem terra”, o que denota em novos elementos para pensarmos as condições que estão emaranhadas no processo de (re) criação do campesinato.

Devemos ressaltar que não estamos buscando pensar se estes caminhos acabam por ser viáveis ou não, no sentido de averiguarmos se uma ou outra iniciativa é mais eficaz. O que queremos é demonstrar que a partir de que outros agentes participam da luta ou que estes se transformam, a própria noção do campesinato e de sua (re) criação acaba por integrar novos elementos.

Um exemplo desta diversidade é elucidado na fala dos próprios sujeitos assentados. Em pesquisa realizada no assentamento Pontal do Faia, no município de Três Lagoas-MS, encontramos falas em que os sujeitos nos elucidam algumas destas noções, se denominando como assentado, “ agora sou assentado” ou mesmo dizendo que “sou do rural”. Essas designações sugerem um pouco de como estes sujeitos se identificam. Em muitos assentamentos como estes, provindos da luta por intermediação sindical e da política da CONTAG, é que estes sujeitos retornam ao campo, sob a identidade de *trabalhadores rurais*, ou de *trabalhadores na agricultura*, sob uma construção simbólico-política identificada pelas diretrizes dos agentes de mediação da luta.

Mesmo nestes casos, observamos no cotidiano destes homens e mulheres, um modo de vida em quem a família, como descrito ao longo do texto, ainda está no centro das decisões e na divisão social. Assim terra e família se tornam elementos centrais para pensarmos os desdobramentos destas lutas e o sonho da conquista da terra, pois:

(...) A terra é vista como patrimônio de família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. São categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro, o trabalho, a família e a liberdade. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado, nas quais as três categorias estão separadas. (D'AQUINO, 1996:21)

Como já ressaltamos neste trabalho, pensamos que esta (re) criação do campesinato perpassa estas diretrizes institucionais e se dá nas transformações cotidianas dos sujeitos em luta, seja em acampamentos ou no assentamento e se abre na sociabilidade construída na vida em contato com a terra. A partir das considerações de Almeida (2003, 2007) e seu estudo sobre a territorialização e a luta pela terra em Mato Grosso do Sul, observamos que no contato e no trabalhar com a terra, estes sujeitos (re) criam as condições de seu habitus camponês.

Um exemplo se mostra na definição do sítio em oposição ao lote, em que passa a possuir um nome que expresse elementos de sua vida, de memórias passadas ou mesmo de sua percepção do cotidiano. Segundo Almeida isto se dá porque *“na luta, conquista-se o lote, pelo trabalho, constrói-se o sítio”*, fato que dimensiona a terra como fruto de seu trabalho. O uso de outras terminologias, como *criação* no lugar de *pecuária*, da noção do tempo de trabalho e do lazer, demonstra que na vida no assentamento, seus habitus camponeses são (re) interpretados a partir das necessidades do cotidiano, das dificuldades enfrentadas, no plantio da terra para viver, na criação como certeza da comida de estar logo ali... Assim *“ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única que no assentamento é reconhecida pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa o habitus, não como tradição, mas enquanto manutenção, renovação e inovação”* (ALMEIDA, 2003: 21).

Segundo a autora:

A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não proporcionar a acumulação capitalista (...) é também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite uma certa garantia de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto, como de renda monetária para a família. (2003: 290)

As falas revelam sempre elementos recorrentes deste trabalho cotidiano, que se mostram na busca de superação dos mecanismos do capital, que sempre estão a forçar o homem do campo no tocante da transformação da produção no lote em mercadoria. E nesta luta cotidiana é que exaltam os viveres passados no campo, na busca de um tempo que ficou de vir, construído nas casas e quintais, entre cercas e avenidas (BORGES, 2004).

Neste sentido, não podemos apenas buscar compreender o campo no âmago das condições capitalistas. O processo de (re) criação camponesa vai além das estruturas

capitalistas e dos agentes envolvidos na luta. Nele também reside o campo das representações, campo em que os sujeitos demonstram suas práticas e necessidades de vida.

Considerações finais

Ao longo do século XIX e XX, o campesinato passou por profundas transformações que redefiniram suas práticas, suas lutas e seus sujeitos. Na maioria delas, a cultura e o modo de vida camponês estiveram em jogo, decorrente das transformações ocorridas por causa da expropriação que levaram muitos destes homens e mulheres a migrarem para outros locais, no campo e na cidade.

Porém, as especificidades formuladas nas experiências adquiridas na vida e na luta fizeram com que a própria transformação do campesinato se tornasse mecanismo de sua existência. Os camponeses passaram assim a se organizar em diferentes movimentos e juntamente com a articulação de outros agentes mediadores, como a CPT, organizações sindicais e o MST, assumiram novas identidades no processo de luta pela volta e permanência na terra e da unidade familiar. Fizeram em meio ao conformismo da mudança a resistência para lutarem contra a expropriação de sua classe, fazendo de seu cotidiano uma verdadeira “trincheira da sobrevivência”, como ressalta Martins (1989).

Desta forma, a partir das observações de diversos estudos de caso, das contribuições de inúmeros trabalhos, observamos que seria um erro pensar a história e as lutas camponesas como algo imóvel, estático, mas sim como conjunto de interações, reinterpretações e superações que, como salienta Martins, contam com “*agentes ativos de transformação social*” (2000: 109).

Nesta perspectiva, buscamos neste artigo, a partir de uma análise bibliográfica e de breves observações na pesquisa de campo, compreender como se deram algumas destas transformações, os mecanismos que engendraram estas lutas e os elementos acionados na vida destes homens e mulheres, no tocante a observação de suas especificidades que são tecidas pelo campo brasileiro. Podemos dizer que estas são algumas transformações que proporcionaram a modificação da noção de camponês e assim do que venha a ser o campesinato, ou melhor, a (re) criação deste.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. de. *Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul*. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente.

BORGES, Maria Celma. *De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema*. 2004. Tese (Doutorado em História). Unesp, Assis.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CALDART, Roseli Salet. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMERMAN, Cristiano. Terra de Trabalho e Terra de Exploração. In: MATIAS M. e LENZ, J. S. (Coord.) *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

D'AQUINO, Teresinha. *A Casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento de trabalhadores rurais das Terras de Promissão-SP*. 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais. São Paulo, pg 22-24, 1996.

FABRINI, João Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência camponesa*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Unesp, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo M. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <www.mst.org.br/biblioteca>. Acesso em: Jul. 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairos, 1983.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950- 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HOBSBAWM, Eric. Os Camponeses e a Política. In: *Pessoas extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LÊNIN, Vladimir I. *Capitalismo e agricultura nos Estado Unidos da América*. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

MARTINS, José de Souza. Ocupação de terras em áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e. (Org) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, Leonilde S. de. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – notas sobre a produção de um movimento social. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTA, Ivanete Oliveira da et al. A reprodução camponesa em Fátima do Sul: estudo de caso. In: *Revista de Geografia*. Campo Grande. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ano VIII, vol. nº. 13, pg. 49-53. Jan/Jun. de 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Sept/ Dec. 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. *Terra e vida: A geografia dos camponeses no Norte do Paraná*. 2003. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) Unesp, Presidente Prudente.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

SANTOS, Manuel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. *Estudos avançados*. Vol 15, nº. 43, p. 225-238, 2001.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA - Presidente Prudente*. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

THOMAZ Júnior, Antônio. *O Trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil*. XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Dez. 2002. Cd room.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa – A árvore da liberdade*. Vol.01. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetária de erros*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase*. 3ª. Edição. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

WOORTMANN, Klass. *Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico nº. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

Recebido em: 17/05/2008

Aprovado em: 25/06/2008